



Acordo parlamentar de viabilização do Orçamento do Estado discutido hoje na especialidade por socialistas e sociais-democratas

Socialistas questionam ministro

Em causa taxa de IRC dos bancos, em vésperas de negociações do OE

Seis deputados socialistas querem saber qual seria a receita do Estado se as instituições financeiras pagassem tanto de IRC como as outras empresas. Hoje, PS e PSD começam a concretizar o acordo de Orçamento do Estado já conseguido na generalidade.

À margem das negociações na especialidade do Orçamento, um grupo de seis deputados do PS – Marcos Sá, Miguel Laranjeiro, Jorge Seguro Sanches, Pita Ameixa, Duarte Cordeiro e Pedro

Farmhouse – fez um requerimento para que o ministro de Estado e das Finanças esclareça qual seria a estimativa de receita para o Estado, no próximo ano, caso as instituições financeiras tivessem uma taxa de IRC equiparada à das restantes empresas.

O pedido de esclarecimento é o terceiro, no espaço de poucas semanas, que alguns deputados dirigem a Teixeira dos Santos, depois de terem questionado acer-

ca de casos de gestores públicos com vencimentos muito superiores ao do presidente da República e sobre a necessidade de se conhecer exactamente o volume das dívidas incobráveis no Banco Português de Negócios.

Os deputados pedem, ainda, dados sobre quanto pagou a banca em IRC em 1994, em 2004 e em 2009 e qual a receita prevista para 2011, para se aferir com objectividade o histórico do contributo fiscal do sector da banca em Portugal.

O requerimento surge no momento em que o Governo está concentrado nas negociações com o PSD, após Teixeira dos Santos e Eduardo Catroga terem acertado a redução da despesa em 500 milhões de euros para a viabilização do OE. As reuniões recomeçam hoje, entre quatro socialistas e quatro sociais-democratas. O ministro dos Negócios Parlamentares, Jorge Lacão, o secretário de Estado do Orçamento, Emanuel dos Santos, o líder parlamentar, Francisco Assis, e o deputado Afonso Candal constituem a equipa socialista. Do lado do PSD, participam o líder parlamentar, Miguel Macedo, e os deputados Luís Montenegro, Miguel Frasquilho e Duarte Pacheco. ■